



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Direitos geracionais

Envelhecimento contemporâneo e sexualidade: Políticas públicas no enfrentamento à sífilis

Hiago Mateus do Carmo Piontkovsky¹

Maressa da Silva Felici²

Cintia Lugão Dan³

Luciana Carrupt Machado Sogame⁴

Resumo: Objetivou-se analisar o envelhecimento contemporâneo e a sexualidade à luz das políticas públicas no enfrentamento da sífilis. Entre os direitos integrais à saúde da pessoa idosa, tem-se o exercício da sexualidade de forma segura e livre de discriminação. Entretanto, o aumento da sífilis nesse grupo reflete fatores sociais, culturais e estruturais, como tabus sobre sexualidade na velhice, baixa escolaridade e dificuldades de acesso aos serviços de saúde. O cuidado à saúde sexual da pessoa idosa deve ser integral, multiprofissional e intersetorial, para garantir atenção acolhedora, educação continuada e ações de prevenção. O envelhecimento digno exige articulação entre políticas públicas, serviços de saúde e profissionais capacitados, reconhecendo a sexualidade como um direito legítimo.

Palavras-chave: envelhecimento; saúde do idoso; sífilis; políticas públicas; saúde pública.

Contemporary aging and sexuality: Public policies in the fight against syphilis

Abstract: The objective was to analyze contemporary aging and sexuality in light of public policies in addressing syphilis. Among the integral health rights of older adults is the exercise of sexuality in a safe and discrimination-free manner. However, the increase in syphilis in this group reflects social, cultural, and structural factors, such as taboos about sexuality in old age, low levels of education, and difficulties in accessing health services. Sexual health care for older adults should be comprehensive, multidisciplinary, and intersectoral to ensure welcoming attention, continuing education, and preventive actions. Dignified aging requires coordination between public policies, health services, and trained professionals, recognizing sexuality as a legitimate right.

Keywords: aging; elderly health; syphilis; public policies; public health.

¹ Enfermeiro, Hospital Linhares Medical Center- Linhares/ ES, mestrando do PPG em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, EMESCAM. Email: Hiago.piontkovsky@edu.emescam.br

² Fisioterapeuta, mestrando do PPG em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, EMESCAM. Email: maressafelici@gmail.com

³ Psicóloga, Secretaria Municipal de Assistência Social de Jerônimo Monteiro/ES, Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da EMESCAM. Email: cintialugaodan@hotmail.com

⁴ Fisioterapeuta, docente do PPG de Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da EMESCAM, Doutora em Ciências pela UNIFESP. Email: luciana.sogame@emescam.br

1. Introdução

O envelhecimento populacional decorrente do aumento da expectativa de vida e da redução das taxas de fecundidade se constituiu uma realidade crescente no Brasil e no mundo, gerando impactos sociais bem como desafios significativos aos sistemas de saúde e às políticas públicas (Brasil, 2023; Xiong *et al.*, 2025). No Brasil a pessoa idosa é aquela considerada, com idade igual ou superior a 60 anos, sendo esse grupo marcado por grande heterogeneidade, influenciada por determinantes sociais como renda, sexo, raça/cor, território e acesso aos serviços de saúde, o que torna o processo de envelhecimento diverso e desigual (Brasil, 2023).

Segundo projeções da Organização Mundial da Saúde até 2030 uma em cada seis pessoas terá 60 anos ou mais, e estima-se mais de 2 bilhões de indivíduos nessa faixa etária até 2050, ademais, espera-se um crescimento expressivo no grupo com 80 anos ou mais, que deve triplicar no mesmo período, chegando a cerca de 426 milhões de pessoas (OMS, 2024). Este cenário evidencia a necessidade de reorganização das políticas públicas de saúde, com foco na promoção do envelhecimento saudável, na prevenção de agravos e na garantia dos direitos e do cuidado integral à pessoa idosa (OMS, 2024).

É importante destacar que o processo de envelhecer é heterogêneo englobando múltiplas dimensões e alterações biológicas, psicomotoras, emocionais, sociais, econômicas e familiares que impactam diretamente a qualidade de vida da pessoa idosa (OMS, 2024; Crema, De Tilio, 2021). Segundo Crema, De Tilio (2021) neste cenário de mudanças associadas à necessidade de adaptações, como adequação ambiental da moradia, emergem tabus sociais que limitam, estigmatizam e alertam acerca do preconceito etário.

Dentre estes tabus destaca-se a discriminação a permanência de atividade sexual na terceira idade, a qual aliada a insuficiente abordagem da sexualidade pelos profissionais de saúde, tem contribuído para o aumento de doenças sexualmente transmissíveis (ISTs), especialmente a sífilis adquirida, e para o diagnóstico tardio das ISTs na pessoa idosa (Medeiros *et al.*, 2021; Xiong *et al.*, 2025)

Diante dessa realidade, as políticas públicas instituídas pelo Estado brasileiro ressaltam-se como instrumentos legais fundamentais voltados à proteção e à garantia de direitos da pessoa idosa, como o Estatuto da Pessoa Idosa, que assegura o direito à saúde integral e o acesso universal aos serviços de saúde (Brasil, 2003). Essas normativas brasileiras expressam a responsabilidade do poder público e da sociedade na promoção

de um envelhecimento digno e livre de negligências (Brasil, 2003).

Em concordância com o exposto, compreender-se a sexualidade como uma dimensão legítima da vida é e essencial o enfrentamento das Infecções Sexualmente Transmissíveis para a garantia da autonomia, do bem-estar e da qualidade de vida da pessoa idosa (Paiva *et al.*, 2022; Nascimento *et al.*, 2023). Portanto, torna-se fundamental analisar o envelhecimento contemporâneo e a sexualidade à luz do papel das políticas públicas na promoção da saúde sexual da pessoa idosa.

Para atingir este objetivo realizou-se uma revisão literária narrativa com busca nas bases de dados *Scientific Eletronic Library Online* (Scielo) e *National Library of Medicine* (PubMed), bem como em livros de autores pertinentes à temática. As palavras-chave utilizadas foram “Saúde o idoso”, “Envelhecimento”, “Sífilis”, “Políticas Públicas de saúde”, “Saúde Pública”, sendo estas pesquisadas no Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Foram incluídos nesta revisão, os artigos científicos apresentavam objetivos semelhantes a presente pesquisa e que analisassem os desafios das políticas públicas em combater as Infecções Sexualmente Transmissíveis. Priorizou-se artigos disponíveis na íntegra e que tratassem da contextualização do envelhecimento e das políticas públicas na pessoa idosa.

2. Processo de envelhecimento contemporâneo

O Censo Demográfico de 2022 evidenciou mudanças na proporção de pessoas idosas residentes no Brasil, retratadas pelo índice de envelhecimento, o qual considerando a população com 60 anos ou mais, chegou a 80,0, ou seja, uma proporção de 80 pessoas idosas para cada 100 crianças de 0 a 14 anos, representando um aumento considerável quando comparado ao ano de 2010, quando o índice era de 44,8 (IBGE, 2023).

Neste contexto, autores destacam que o envelhecimento contemporâneo deve ser analisado sobre a perspectiva de ser um processo contínuo, amplo, diversificado e permeado por transformações físicas, emocionais, subjetivas e sexuais, englobando a história pessoal, a saúde, a educação, o contexto sociocultural e as mudanças políticas (Crema, De Tilio, 2021; Oliveira, Sogame, 2023).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (2024) no aspecto social o envelhecimento é associado a outras transições da vida, como aposentadoria, necessidade de mudança para moradias mais adequadas e a morte de amigos e parceiros. Não obstante

a isso, Mendes *et al.* (2019) e Sousa *et al.* (2021) mencionam que o envelhecimento populacional gera a necessidade de adaptações e mudanças governamentais frente às limitações que as pessoas idosas passam a vivenciar, o que pode levar a necessidade de um cuidador que também precisará ser orientado e amparado.

Constata-se, assim, a diversidade e heterogeneidade do envelhecimento contemporâneo, sendo indispensável a garantia aos direitos para a pessoa idosa, o que inclui a sexualidade.

3. Políticas públicas, sexualidade e cuidado integral na pessoa idosa

Neste contexto social e institucional a discussão acerca da sexualidade da pessoa idosa é necessária e visa sobretudo à promoção da saúde integral. À vista disso, políticas públicas voltadas à saúde da população idosa, como a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), defendem a importância de ações que respeitem e atendam às necessidades específicas dessa faixa etária, assegurando seus direitos integrais à saúde, incluindo o exercício da sexualidade de forma segura, informada e livre de discriminação (Brasil, 2006). A PNSPI, instituída pela Portaria nº 2.528/2006, tem como objetivo garantir o envelhecimento saudável e a autonomia do idoso, promovendo a integralidade do cuidado em todas as dimensões da vida, inclusive a sexual (Brasil, 2006). Contudo, para a efetivação dessa política, é necessário romper barreiras culturais que ainda consideram a sexualidade como algo incomum ou inadequado na vida das pessoas idosas (Brasil, 2006; Gatti, Pinto, 2019).

Um papel essencial na minimização dessa realidade está na atuação da Estratégia Saúde da Família (ESF), que tem o dever de promover atenção à saúde da pessoa idosa por meio de equipes multidisciplinares realizando ações de promoção, prevenção, diagnóstico precoce e cuidado contínuo de forma a permitir o estabelecimento de vínculos com os usuários (Albuquerque *et al.*, 2024).

A promoção da saúde integral da pessoa idosa deve, portanto, considerar igualmente as dimensões física, emocional, social, mental e sexual, para a garantia da saúde mental e do bem-estar biopsicossocial. Para isso, é necessário que os serviços de saúde ampliem suas práticas de cuidado, adotem protocolos clínicos que incluam o rastreio de ISTs na população idosa e garantam ambientes acolhedores e livres de julgamento (Xiong *et al.*, 2025).

Também é essencial fortalecer campanhas educativas voltadas ao público idoso, considerando seus contextos culturais, níveis de escolaridade e experiências de vida. Tais ações devem ser articuladas entre os diferentes níveis de atenção, com suporte das políticas públicas já existentes, como o Estatuto da Pessoa Idosa, a PNSPI, a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e as diretrizes da Rede de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa (RASPI) (Souza *et al.*, 2025).

Compreende-se, portanto, que as políticas públicas devem ser instrumentos de fortalecimento da garantia ao direito à informação acessível e ao cuidado integral, respeitando a heterogeneidade da população idosa. Sendo assim é fundamental desconstruir o estigma da sexualidade na terceira idade, promovendo a autonomia e o cuidado em saúde sexual (Szwarcwald *et al.*, 2023). Destaca-se que as intervenções nessa área devem ser pensadas de forma cuidadosa e preferencialmente conduzidas por equipes multiprofissionais (Vo *et al.*, 2024; Xiong *et al.*, 2025). Somente assim será possível contemplar as dimensões sociais, culturais e fisiológicas e compreender a sexualidade da pessoa idosa para além da doença, mas como um direito legítimo ao prazer e à qualidade de vida, assim como ocorre em outras fases da vida (Paiva *et al.*, 2022).

Dessa forma, o enfrentamento da sífilis e de outras ISTs nesta faixa etária não pode se restringir ao campo biomédico, mas englobar o social e cultural, sendo necessário a revisão de práticas profissionais, a superação de estigmas e a construção de uma cultura do cuidado baseada no respeito à dignidade e à diversidade do envelhecer (Paiva *et al.*, 2022; Vo *et al.*, 2024).

3.1 O olhar do cuidado integral para a pessoa idosa e o enfrentamento da sífilis

A evolução das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) na pessoa idosa alertou acerca da negligência de uma atenção multifacetada, que não centraliza o olhar apenas nas doenças e alterações que podem decorrer do processo de envelhecimento, mas abrange por exemplo a permanência da atividade sexual, uma realidade que deve ser assistida (Medeiros *et al.*, 2021; Crema, De Tilio, 2021).

Neste contexto, a sífilis adquirida, uma IST que se tornou um problema de saúde pública no Brasil, deve ser analisada sob a ótica dos determinantes sociais da saúde, sendo que dentre os principais determinantes associados, destacam-se a baixa escolaridade, o preconceito etário, os tabus relacionados à sexualidade na velhice e as dificuldades de acesso aos serviços de saúde (Raimundo *et al.*, 2023). Esses fatores estão

diretamente relacionados à conduta dos profissionais de saúde e à relação com os pacientes idosos, o que pode comprometer a prevenção, o diagnóstico precoce e a adesão ao tratamento (Bosch *et al.*, 2023).

Os desafios da sífilis adquirida em idosos são múltiplos, em primeiro lugar, muitos profissionais da saúde subestimam a sexualidade na terceira idade, devido a uma suposição equivocada de que a vida sexual termina com o avanço da idade, o que resulta na ausência de investigação diagnóstica de IST's, favorecendo o diagnóstico tardio e a subnotificação (Crema, De Tilio, 2021). Outro obstáculo importante é o processo de saúde-doença inerente ao envelhecimento pois muitas pessoas idosas já apresentam comorbidades, como doenças cardiovasculares, neurológicas e musculoesqueléticas, cujos sintomas podem mascarar os sinais clínicos das IST's, dificultando o diagnóstico correto (Nascimento *et al.*, 2023).

Além disso, o tabu social e questões culturais que associam a velhice à assexualidade representam uma barreira pois normalmente a população idosa, por constrangimento ou por não se sentirem legitimados a falar sobre sua vida sexual, deixam de relatar sintomas ou buscar prevenção, o que favorece o diagnóstico tardio de infecções como a sífilis adquirida e dificulta o manejo clínico adequado (Barreiros; Netto, 2022). O momento de escuta durante as consultas é essencial para promoção da saúde sexual, portanto os profissionais devem compreender seu papel na promoção da saúde integral da pessoa idosa (WORLD HEALTH ORGANIZATION., 2015).

No Brasil, existem políticas públicas que orientam a atuação dos profissionais de saúde na triagem, diagnóstico, tratamento e prevenção das ISTs, tanto entre as populações-chave quanto entre seus parceiros sexuais (Brasil, 2022). Um exemplo disso são as campanhas educativas nacionais realizadas em datas estratégicas, como o Carnaval e o Dia Mundial de Luta contra a Aids, bem como a Política Nacional de IST/HIV/Aids e Hepatites Virais e a Estratégia de Prevenção Combinada. Essas ações promovem a testagem rápida nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), por meio de incentivo orçamentário do Ministério da Saúde, possibilitando o diagnóstico e o tratamento precoce das ISTs (Brasil, 2017; Brasil, 2022).

Entretanto, apesar da disponibilidade de testes rápidos e da distribuição gratuita de preservativos masculinos e femininos, essas ações ainda enfrentam obstáculos, como barreiras culturais, ausência de capacitação adequada dos profissionais e a falta de

protocolos específicos voltados à população idosa (Vo *et al.*, 2024; Xiong *et al.*, 2025). Nesse sentido, o Estado deve estar atento à implementação e efetivação das políticas de saúde existentes, garantindo um atendimento digno, integral e adequado às especificidades do processo de envelhecimento (Brasil, 2006; Brasil, 2017).

Como destaca Martins *et al.*, (2007), é essencial que os profissionais estejam capacitados e conscientes das particularidades que envolvem o cuidado ao idoso, considerando tanto os aspectos objetivos quanto subjetivos da assistência. A elaboração de protocolos clínicos é fundamental nesse cenário pois orientam os profissionais em condutas mais assertivas, acolhedoras e livres de julgamentos (Vo *et al.*, 2024). Tais protocolos devem ser aplicados e direcionados para equipe multiprofissional tanto médicos e enfermeiros clínicos quanto profissionais especializados, como os gerontólogos (Xiong *et al.*, 2025). O olhar clínico é essencial, considerando que, no Brasil, 61,6% dos idosos são sexualmente ativos, sendo que 58,9% deles possuem parceiro fixo e, em sua maioria, negligenciam o uso de preservativos, o que os torna mais vulneráveis à IST's como a sífilis adquirida (Barros *et al.*, 2023).

Dessa forma, o enfrentamento da sífilis adquirida na população idosa exige uma atuação articulada e multidimensional, com foco no diagnóstico precoce, acesso universal à testagem, capacitação contínua dos profissionais e combate às desigualdades estruturais que negam à pessoa idosa um envelhecimento com dignidade. A ampliação do conceito de sexualidade, desvinculando-o exclusivamente da reprodução, é essencial para garantir saúde, autoestima e bem-estar nessa fase da vida (Gatti, Pinto, 2019; Barros *et al.*, 2023; Szwarcwald *et al.*, 2023).

4. Considerações Finais

O envelhecimento da população brasileira e mundial evidencia a necessidade de atenção à saúde sexual da pessoa idosa. O aumento da sífilis adquirida nesse grupo reflete fatores sociais, culturais e estruturais, como tabus sobre sexualidade na velhice, baixa escolaridade e dificuldades de acesso aos serviços de saúde. A negligência profissional quanto à sexualidade na terceira idade contribui para o diagnóstico tardio, a subnotificação e o manejo inadequado das infecções sexualmente transmissíveis, como a sífilis adquirida.

O cuidado à saúde sexual da pessoa idosa deve ser integral, multiprofissional e intersetorial, garantindo atenção acolhedora, educação continuada e ações de prevenção. Entretanto, sua efetividade depende da capacitação contínua de profissionais, para práticas livres de preconceito; da implementação de protocolos específicos, que assegurem prevenção, detecção precoce e acompanhamento adequado; e do enfrentamento de estigmas culturais que ainda permeiam os serviços de saúde.

Enfatiza-se que a promoção da autonomia, da qualidade de vida e do envelhecimento digno exige articulação entre políticas públicas, serviços de saúde e profissionais capacitados, reconhecendo a sexualidade como um direito legítimo ao longo de toda a vida.

5. Referências

- ALBUQUERQUE, M. T. M. *et al.* **Estratégia saúde da família: qualidade da assistência prestada pela equipe da atenção primária à saúde.** SciELO Preprints, 2024. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.10321.
- BARREIROS, J. dos S.; NETTO, T. de C. R. **Saúde sexual e envelhecimento: revisão da literatura e apontamentos para a educação sexual.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 15, n. 4, 2022. DOI: 10.21723/riaee.v15iesp4.14516.
- BARROS, Z. da S. *et al.*, **Tendência da taxa de detecção de sífilis em pessoas idosas: Brasil, 2011–2019.** Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 26, p. e230033, jul. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-549720230033.2>.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para atenção integral às pessoas com infecções sexualmente transmissíveis (IST).** Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Prevenção combinada do HIV, IST e hepatites virais. **Brasília: Ministério da Saúde, 2022**
- BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em: 17 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006. **Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 out. 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html. Acesso em: 16 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Nota informativa n.º 5: diagnóstico sobre envelhecimento e direito ao cuidado**. Brasília: MDS, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mds-lanca-diagnostico-sobre-envelhecimento-e-direito-ao-cuidado/Nota_Informativa_N_5.pdf. Acesso em: 17 maio 2025.

BOSCH, J. *et al.* **Attitudes towards ageing among health care professionals: a qualitative systematic review**. *European Geriatric Medicine*, v. 14, n. 5, p. 849-861, 2023. DOI:<https://doi.org/10.1007/s41999-023-00841-7>.

CREMA, I.L. DE TILIO, R. **Sexualidade no envelhecimento: relatos de idosos**. *Fractal, Rev Psicol [Internet]*. v.33, n.3, p. 182–91, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v33i3/5811>.

GATTI, M. C.; PINTO, M. J. C. **Velhice ativa: a vivência afetivo-sexual da pessoa idosa**. *Vínculo, São Paulo*, v. 16, n. 2, p. 133-159, dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.32467/issn.19982-1492v16n2p133-159>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2022**: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. Agência de Notícias do IBGE. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>. Acesso em: 20 out. 2024.

MARTINS, J.de J. *et al.*, **Políticas públicas de atenção à saúde do idoso: reflexão acerca da capacitação dos profissionais da saúde para o cuidado com o idoso**. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 10, n. 3, p. 371–382, set./dez. 2007. DOI:<https://doi.org/10.1590/1809-9823.2007.10039>.

MEDEIROS, A. F. *et al.* **Sífilis adquirida em idosos: desafios para a saúde pública**. *Revista de Saúde Coletiva*, v. 31, n. 2, p. 1-9, 2021.

MENDES, P. N. *et al.* **Sobrecargas física, emocional e social dos cuidadores informais de idosos**. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 32, n. 1, p. 87 – 94. 2019. DOI:10.1590/1982-0194201900012.

NASCIMENTO, V. B. do *et al.* **Vulnerabilidades em saúde às infecções sexualmente transmissíveis pela pessoa idosa**. *Revista de Enfermagem da UFJF*, v. 9, n. 1, p. 1-10, 2023. DOI:10.34019/2446-5739.2023.v9.39845.

OLIVEIRA, M. S.; SOGAME, L. C. M. **Envelhecimento populacional e transição demográfica: Um olhar sobre o estado do Espírito Santo**. In: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. (Org.). **Saúde pública e saúde coletiva: agenda para debates**. Ponta Grossa: Atena, p. 12 – 24. 2023.

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). **O Papel das Tecnologias Digitais no Envelhecimento e na Saúde**. Washington, D.C: OPAS; 2023. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/57357/9789275726907_por.pdf?sequence=3. Acesso em: 06 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Ageing and health**. Genebra: World Health Organization, 2024. Disponível em: <https://www.who.int>. Acesso em: 2024.

PAIVA, E. B. B. de *et al.*, **Intervenção em saúde sexual com idosos no Brasil: revisão de escopo**. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, [S.l.], v. 5, p. e28011528095, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i5.28095.

RAIMUNDO, D. M. L. *et al.* **Fatores associados à sífilis adquirida em pessoas idosas: uma revisão integrativa**. Revista Ibero-Americana de Gerontologia, v. 4, 2023. Disponível em: <https://api.semanticscholar.org/CorpusID:266646004>.

SOUSA, G. S. *et al.* **“A gente não é de ferro”: Vivências de cuidadores familiares sobre o cuidado com idosos dependentes no Brasil**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, n. 01, p.27 – 36. 2021. DOI:<https://doi.org/10.1590/1413-81232020261.30172020>.

SOUZA, V. M. F. de. *et al.* **Public policies for elderly health in Brazil: integrative review**. Research, Society and Development, v. 10, n. 1, 2021. DOI:<http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i1.10804>.

SZWARCWALD, C.L. *et al.* **Comportamento sexual e autodeclaração de orientação sexual entre pessoas de 18 a 64 anos no Brasil: resultados da pesquisa Knowledge, Attitudes, and Practices, 2013 e da National Health Survey, 2019**. BMC Saúde Pública, v.23, n. 1, p.1476, 2023. DOI: 10.1186/s12889-023-16420-1.

VO, M. T. H. *et al.* **A colaboração entre profissionais de saúde e assistência social por desempenhar um papel na resolução dos desafios do cuidado geriátrico? Um estudo de caso qualitativo no Vietnã Central**. Saúde Int. v.16, n. 4, p.387-398, 2024. DOI: 10.1093/inthealth/ihad082.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World report on ageing and health**. Geneva: World Health Organization, 2015. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241565042>. Acesso em: 10 jan. 2026.

XIONG, Y. *et al.* **Desafios associados ao envelhecimento para pessoas que vivem com HIV/AIDS no Vietnã: perspectivas integradas de múltiplos interessados**. AIDS Care, v.37, n.3, p. 455-468, 2025. DOI: 10.1080/09540121.2025.245251.